

Sexta-feira, 16 de abril

• Nacional

PLANO ECONÔMICO



Roberto Freire

“Viramos...”

por Claudia Safatle
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

consultado por este jornal se essas são posições que refletem uma escolha do presidente da República, limitou-se a dizer que a orientação do presidente Itamar Franco é uma só: “Sobre assuntos econômicos quem fala é o ministro da Fazenda, Eliseu Resende”.

O ministro da Fazenda tem preferido o silêncio. Mas o secretário executivo do ministério, Wando Borges, assegurou ontem a este jornal que a política econômica em elaboração — e que deverá ser colocada pelo ministro na reunião do dia 24 próximo, entre o presidente da República e todo o Ministério — estará amparada na “ortodoxia clássica”. É imperioso equilibrar as contas públicas neste ano, para segurar a inflação, lembrou.

No encontro ministerial, Eliseu Resende deverá expor os números do déficit público, as medidas necessárias para reduzi-lo e a trajetória da inflação.

Segundo Wando Borges, no campo da ampliação da privatização, há uma “vasta área para se explorar”. Disse que não há, ainda, uma decisão política do governo de incluir a Vale do Rio Doce e suas subsidiárias, assim como as subsidiárias da Eletrobrás, no programa de privatização. Adiantou, contudo, que onde houver uma participação acionária da União superior ao limite do controle acionário essas ações serão vendidas. “E na Eletrobrás, eu sei que a participação da União é superior à necessária.” O sistema de energia elétrica está com

preços muito defasados e o secretário executivo do Ministério da Fazenda disse que será montado um programa de recuperação tarifária para esse setor, num prazo máximo de seis meses.

Alguns cortes de gastos terão que ocorrer. Wando Borges não confirmou, no entanto, se o governo cortaria uma parte das transferências voluntárias para os estados e municípios, que somariam algo na casa de 1% do PIB, ou cerca de US\$ 4 bilhões ao ano. Cortar pela metade, lembrou, representaria um ganho não desprezível na política de equilíbrio fiscal. Mas reconheceu que existem problemas políticos para esse tipo de redução de gastos.

Os técnicos do governo discutem, também, cortes de gastos na área das empresas estatais, sobretudo na folha de pagamento. Como a intenção da equipe econômica é zerar o déficit operacional das estatais, haveria a possibilidade de se tentar exigir das empresas que só concedessem reajustes salariais depois de garantido esse equilíbrio. Uma medida de difícil execução, política e operacionalmente.

A ministra do Planejamento, Yeda Crusius, responsável pelo programa de privatização, sentia-se ontem desconfortável com a polêmica em torno do aprofundamento do programa de privatização, que estaria ocorrendo sem sua participação. Houve uma longa reunião entre ela e o ministro da Fazenda, para acertar uma linguagem comum nessa área.

56 Sexta-feira, 16 de abril de 1993

“Viramos todos monetaristas, banqueiros”

por Claudia Safatle
de Brasília

“O Brasil conviveu com juros negativos a maior parte de sua história. Só de uns anos para cá é que viramos todos monetaristas, banqueiros, advogando a prática de juros reais positivos.” Essa resposta foi dada ontem pelo ministro do Trabalho, Walter Barello, ao ser indagado se o aquecimento da demanda não estaria sendo financiado por uma despoupança, como decorrência de juros baixos e temores de plano heterodoxo de estabilização.

Ele defendeu como altamente positivo o aumento do consumo, a reativação da economia, e não acredita que esse seja um movimento espasmódico nem inflacionário.

Numa abordagem semelhante, ontem, o líder do governo na Câmara, deputado Roberto Freire, declarou em entrevista coletiva: “Afinal, o aumento das taxas de juro e a redução do consumo não conseguiram debelar a inflação. Peço, assim, um mínimo de lógica cartesiana. Para mim o quadro econômico evoluiu, pois antes tínhamos inflação e recessão”. Ouvido pela repórter Adriana Vasconcelos, deste jornal, o deputado disse que o Executivo estuda medidas para enfrentar a crise econômica garantiu que não haverá choque, mas “o presidente

da República não aceitará um plano que aprofunde os efeitos da recessão, mesmo porque essa política não conseguiu acabar com a inflação”.

A defesa do crescimento, até mesmo como instrumento de controle da política antiinflacionária, foi reforçada também pelo ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, José Eduardo de Andrade Vieira. Ontem, ele declarou, conforme relato da editora Maria Clara R. M. do Prado: “Estamos saindo da recessão. As notícias são alvissareiras para abril, em termos de vendas. O ministro sustentou que o aquecimento da demanda não se transformará em mais inflação porque “só seria explosivo (em termos de inflação) se não houvesse capacidade ociosa na indústria. Mas temos uma capacidade ociosa de 30 a 40%”. E adiantou: “Se não houver capacidade de produzir no Brasil, vamos importar, pois não podemos ficar com medo de crescer”.

O porta-voz do Palácio do Planalto, Francisco Baker,

(Continua na página 3)